

CIDADES IMPREVISÍVEIS: A CONSTRUÇÃO DE NÚCLEOS URBANOS NA CAPITANIA DE SÃO PAULO, 1765-1775*

Maria Fernanda Dornel**

RESUMO

Em 1765, a restauração da autonomia administrativa da capitania de São Paulo marcou o início de um novo momento em seu processo de urbanização. Durante a administração do governador e capitão-general Morgado de Mateus (1765-1775), dez vilas foram fundadas, várias iniciativas de estabelecimento de povoações foram promovidas e o Forte do Iguatemi começou a ser erguido. Este artigo acompanha algumas dinâmicas de instalação e construção de núcleos urbanos naquele período, com base na análise de uma seleção da correspondência entre o governador e agentes encarregados de tarefas no campo da urbanização. Procura-se evitar a usual distinção entre planejamento e realização, buscando-se destacar os modos como determinações oficiais interagiram com injunções locais ao longo do processo de estabelecimento de vilas e povoações.

PALAVRAS-CHAVE: *Capitania de São Paulo. Século XVIII. Urbanização.*

Em 1765, iniciou-se um novo momento na urbanização da capitania de São Paulo. A revisão das estratégias da Coroa portuguesa para defesa do Sul levou à restauração da autonomia administrativa da capitania e desencadeou medidas de reorganização de seu território. Núcleos urbanos estáveis e submetidos às estruturas oficiais portuguesas deveriam ser estabelecidos junto a anteriores pousos de tropeiros, aldeamentos de índios e povoados

* Este trabalho apresenta alguns resultados da tese de doutorado **Método e Arte: criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811**, desenvolvida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo com apoio de bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

** Arquiteta e urbanista, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: fernandafau@unb.br.

litorâneos. Também se estimulou a criação de novas povoações em regiões fronteiriças e ainda escassamente ocupadas. Depois de sessenta anos sem que houvesse uma elevação a vila, dez novas unidades foram fundadas na capitania sob a administração do governador e capitão-general Dom Luís Antônio de Sousa Botelho de Mourão, quarto Morgado de Mateus (1765-1775). Essas transformações no território da capitania de São Paulo foram parte de um movimento mais amplo de renovação dos quadros urbanos durante o consulado pombalino (1750-1777). Em meio aos conflitos do processo de demarcação de fronteira com os espanhóis, a necessidade de afirmar a soberania da Coroa Portuguesa na Colônia levou a um amplo esforço de *reterritorialização* com base no instrumento político-administrativo da elevação de vilas (KANTOR, 2006).

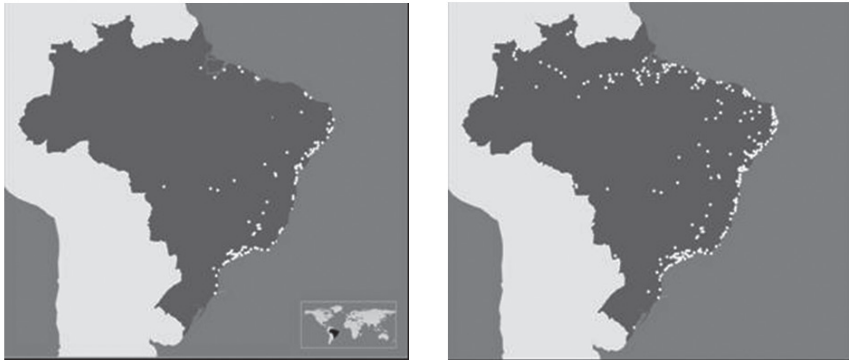


Figura 1 - Comparação entre o quadro de vilas e cidades existentes no território brasileiro antes e depois do governo pombalino (1750-1777). Fonte: a autora.

Os núcleos urbanos da capitania de São Paulo no século 18, em seu conjunto, ainda não mereceram atenção mais detida como objeto específico na história da urbanização. Mas, as iniciativas urbanas paulistas estão implicadas num longo e polêmico debate sobre a cidade colonial. O marco inicial desse debate foi o texto de Sérgio Buarque de Holanda “O Semeador e o Ladrilhador”, publicado originalmente no livro **Raízes do Brasil** de 1936 e depois transformado em capítulo à parte na edição de 1947. Como se sabe, as metáforas do semeador e do ladrilhador opuseram, de um lado, a cidade luso-americana, associada à desordem e ao crescimento orgânico e, de outro, a cidade hispano-americana, associada à ordem e ao planejamento. As imagens criadas por Sérgio Buarque estabeleceram paradigmas duradouros de interpretação da cidade colonial, mesmo para autores que pretenderam refutá-las (TORRÃO FILHO, 2004).

Nos anos 1990, os estudos sobre formações urbanas de matriz portuguesa avolumaram-se, tendendo a distanciar-se do cunho ensaístico dos trabalhos pioneiros e consolidando-se no âmbito da historiografia. Os paradigmas tradicionais de interpretação parecem já superados, mas isso não quer dizer que Sérgio Buarque de Holanda estivesse simplesmente equivocado. É possível ainda retomar seu texto, considerando que as imagens do semeador e do ladrilhador não tinham mesmo pretensão de dar respostas conclusivas, mas foram concebidas como tipos ideais que estabeleciam pólos comparativos, um esclarecendo o outro e assim lançando luz sobre o tema a partir de diferentes ângulos (WEGNER, 2006, p. 341).

Na área de urbanismo e urbanização, grande parte dos trabalhos sobre as formações urbanas coloniais está voltada, como é compreensível, para a análise de planos e dispositivos de planificação. Em geral, não há espaço para especular de modo mais detido sobre as razões da aparente descontinuidade entre projetos urbanos e aquilo que se construiu, o que dependeria também de um aprofundamento em especificidades locais. A participação de colonos, quando mencionada, tende a ser vista como fator de alteração e descaracterização de projetos já constituídos ou ainda como obstáculo para sua realização. Desse modo, tende-se a sugerir a existência de fases estanques e bem definidas para o ato de planejar e, em seguida, executar o que fora antes previsto, numa visão redutora das dinâmicas envolvidas na construção de cidades. Conforme alertou Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (1996), em oposição a uma visão da cidade como realidade preconcebida ou preformada, é necessário resgatar suas dimensões como artefato, como produto e vetor de um campo de forças complexo e também como representação social.

Uma das referências fundamentais para a historiografia recente no campo da urbanização de matriz portuguesa é a trajetória de crescente afirmação da monarquia no campo da criação urbana, junto com uma ênfase cada vez maior na regularidade geométrica dos traçados desde fins da Idade Média (MOREIRA, 2003; REIS FILHO, 1987; TEIXEIRA; VALLA, 1999). A culminância desse processo teria sido o consulado pombalino, durante o reinado de Dom José I (1750-1777). Nessa trajetória esquemática, a política centralizadora promovida sob Pombal destaca-se pelo intenso impulso à urbanização e pelo empenho mais amplo em controlar a configuração de traçados urbanos. A ação extensa de engenheiros militares e o estabelecimento de determinações formais em cartas régias são considerados fundamentais na imposição dessa política. Essas referências

permitem problematizar a criação de vilas e povoações na capitania de São Paulo a partir de 1765. Como se teriam desenvolvido as iniciativas urbanas nessa região em que a presença de engenheiros militares só se tornou mais estável depois de 1788 e onde não há evidências de determinações régias específicas para concepção de traçados urbanos, pelo menos até fins do século 18?



Figura 2 - Vilas ou povoações estabelecidas na capitania de São Paulo durante a administração do Morgado de Mateus (1765-1775): 1- São José da Paraíba (depois São José dos Campos, vila em 1767); 2- Nossa Senhora da Escada; 3- São Luís do Paraitinga (1773), 4- Paraíbauna; 5- Caraguatatuba; 6- Atibaia (1769); 7- São Carlos (depois Campinas); 8- Mojmirim (1769); 9- Piracicaba; 10- Itapetininga (1771); 11- Faxina (depois Itapeva, 1769); 12- Apiáí (1771) 13- Iapó (depois Castro); 14- Sabaúna (1770); 15- Ararapira; 16- Guaratuba (1771); 17- Santo Antônio do Registro (depois Lapa); 18- Lajes (1771); 19- Praça-forte e povoação do Iguatemi. Fonte: a autora.

Na correspondência oficial já publicada na série **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo** – doravante referidos como DI – e também numa documentação em boa parte inédita existente no Arquivo de Mateus, há evidências de que o governo da capitania de São Paulo procurou controlar o estabelecimento de núcleos urbanos e esforçou-

se para disciplinar sua implantação e construção. Uma das preocupações iniciais foi organizar os cultivos agrícolas, com intuito de promover a sedentarização dos colonos e ajustá-los a um novo regime de trabalho.

Mas, no início da instalação de novas povoações surgiu o problema da subsistência dos povoadores. Muitos deles eram homens livres pobres que haviam sido afastados dos seus meios de sobrevivência ou índios retirados da tutela de administradores. Logo no começo do estabelecimento de Sabaúna, o frei Francisco da Piedade e o diretor Diogo Pereira Pais solicitaram ao governador que sustentasse os povoadores por um ano, até a primeira colheita, enquanto se faziam os trabalhos de limpar os terrenos, cultivar a terra e construir as primeiras casas. O ajudante de ordens Afonso Botelho de Sampaio, homem de confiança do governador Morgado de Mateus, foi enviado para conferir o problema e deu razão às queixas das autoridades locais. Em resposta aos “diversos pareceres e dúvidas” em relação à Sabaúna, o governador Morgado de Mateus explicou como deveria ser estabelecida a povoação (DI, v. 67, 1943, p. 68-70). Afonso Botelho deveria reunir os povoadores e levá-los ao local da nova povoação. Os diretores orientariam a distribuição das terras a serem cultivadas. Os povoadores deveriam trabalhar em regime militar e, no primeiro ano, alternariam entre o cultivo no novo sítio urbano e seu núcleo original de procedência. O governo da capitania lhes daria sementes, pólvora, chumbo e ferramentas para principiarem os trabalhos. Só depois da primeira colheita seria iniciada a construção de casas na nova povoação, que deveria então ir se tornando autônoma. Antes disso, houve constante necessidade de buscar mantimentos nas vilas das proximidades e, para isso, podia ainda ser preciso fazer obras de abertura de caminhos.

A questão do sustento inicial dos moradores de Sabaúna foi transmitida pelo governador ao Conde de Oeiras, mas alguns meses depois o Morgado de Mateus respondeu a Afonso Botelho que não tinha ordens nem recursos financeiros para auxiliá-los. Os meios de sustentar os povoadores teriam de ser encontrados localmente. Muitos dos povoadores de novos núcleos acabavam dispersando-se pelos sertões, retornando a seus sítios de origem ou vivendo conforme seus costumes tradicionais. Na instalação do Forte do Iguatemi, situado numa região pantanosa ao sudoeste da capitania (no atual estado de Mato Grosso do Sul), o problema mostrou-se ainda mais grave, pois os centros administrativos de onde se poderia enviar mantimentos estavam à grande

distância e os lavradores da Praça corriam riscos de ataques do gentio e dos castelhanos. Para o governador Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1782), crítico ferrenho das obras de seu antecessor, o Iguatemi tornou-se mesmo um “horroroso cemitério de paulistas”.¹

Um dos expedientes para garantir a implantação de novas povoações foi fazer alianças com agentes locais e transferir custos para as mãos de particulares. A promessa de mercês foi um recurso amplamente utilizado pelo Morgado de Mateus para engajar agentes locais nas atividades de criação de vilas. Em 1765, o fazendeiro Antônio Correia Pinto auxiliou na decisão sobre o sítio onde seria estabelecida a povoação de Lajes (no atual Estado de Santa Catarina) e foi encarregado de dirigir a implantação. Antes de partir com sua comitiva para o Sul, Antônio Correia recebeu patente de capitão-mor, além de lhe ter sido prometida uma honraria nobilitante, o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Mais tarde, o fazendeiro afirmou ter despendido “quase toda sua fortuna” na condução de povoadores para o novo núcleo e na sua instalação, além de ter arcado também com a edificação da igreja matriz e da casa de Câmara e Cadeia.²

Nem sempre foi fácil encontrar colaboradores. Em Paranaguá, a construção de uma fortaleza e o estabelecimento de uma povoação vizinha, futura Guaratuba, geraram tensões com moradores aos quais se impôs a obrigação de contribuir em dinheiro, ceder escravos ou então dispor de seu próprio trabalho nas obras. Essas exigências causaram fortes protestos por parte da Câmara local, a que o governador reagiu com uma demissão coletiva dos vereadores. Os trabalhos de implantação de Guaratuba só parecem mesmo ter deslanchado depois que Afonso Botelho de Sampaio persuadiu um morador abastado, Antônio de Souza, a arcar com a despesa de construção da igreja matriz em troca de receber patente de capitão-mor.

A imposição de determinações formais aos traçados urbanos foi parte do esforço de organizar os trabalhos de implantação e construção. Instruções dadas em 1767 ao capitão-mor Lourenço Ribeiro de Andrade sobre o modo de agir na criação de novas povoações no termo da vila de Curitiba parecem ter considerado os problemas verificados antes em Sabaúna, pois se recomendou dar início às construções só depois de garantir os alimentos para sustento dos povoadores. Os procedimentos do capitão-mor deveriam ser os seguintes:

¹ Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_023, Cx. 7, D. 438.

² Arquivo da Fundação Casa de Mateus, G. 1040.09 e G.1858.08.

tanto que houver mantimento, levar os casais a fundar a igreja em sítio seco, alegre e desembaraçado, abrir-lhe praça quadrada, cordear as ruas muito direitas, com suas travessas, formando quadras largas, para poder nas casas haver quintais, plantar logo estações e fundar nos ângulos ou cantos das ruas as primeiras casas, que logo fique figurada a terra na sua direitura para que seja mais agradável a sua vivenda [...] (DI, v. 67, 1943, p. 104-106).

A definição do traçado da praça e das ruas precederia as edificações. O sistema de *cordeação* asseguraria o alinhamento retilíneo. As primeiras casas deveriam ser feitas nas esquinas dos quarteirões, de modo a fixar uma estrutura urbana regular. As determinações formais impostas a traçados urbanos da capitania enfatizaram princípios de ordem e regularidade geométrica, sem se aterem a um modelo rígido de planta e possibilitando formas urbanas diversificadas.

A construção da igreja era o marco visível do início de uma nova povoação e, conforme ordens do Morgado de Mateus, deveria estar situada no “melhor sítio na frente da praça principal” (DI, v. 6, 1902, p. 104-105). Uma vistoria feita pelo vigário de Paranapanema aprovou o sítio escolhido para a igreja de Apiaí, pois havia ali “lugar alto livre de umidades, com boas águas de beber, sobre o rio Apiaí, com muita largueza de terras para a cultura e matos marinhos tão extensos que vão confinar com a serra do Mar” (DI, v. 23, 1896, p. 44-46). Em Mojiguaçu, a proximidade da igreja a casas de moradores foi um dos fatores que levou a sugerir uma mudança de sítio, devidamente supervisionada pelo governo da capitania, com intenção de corrigir o “erro” na fundação original (DI, v. 65, 1940, p. 292). É provável que, conforme aconteceu na instalação de Itapetininga, também em outras regiões os moradores antes lá assentados tentassem influenciar a escolha do local da igreja, para que ficasse mais perto de suas casas. Em Guaratuba, as razões expostas pelos moradores para mudar o sítio escolhido para a igreja foram aceitas pelo governador. A construção da igreja no topo de um morro exigiria ultrapassar um rio e trilhar um caminho íngreme demais para conduzir “enfermo ou defunto”, além de estar exposto “ao risco de animais silvestres, cobras e onças”.³

O modo de conduzir a construção de igrejas em novos núcleos também foi determinado pelo Morgado de Mateus. A construção da capela ficaria a cargo da Coroa, mas os povoadores teriam de construir a nave e ampliar o edifício, o que era necessário para obter o título de freguesia. As obras foram sendo

³ Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil, Arquivo de Mateus, I-30, 18, 2, n. 10.

acompanhadas pela administração da capitania por meio da correspondência e de eventuais agentes enviados para fiscalizar seu progresso, com destaque para a presença de Afonso Botelho de Sampaio na supervisão das povoações ao Sul.

Em aldeamentos indígenas, construções preexistentes foram examinadas quanto à possibilidade de reforma. Em Nossa Senhora da Escada, julgou-se que não haveria condições de fazer novas casas para os religiosos, por isso resolveu-se reparar aquilo que já existia. E, conforme descrição do aldeamento de São José da Paraíba feita em 1766 pelo seu recém-nomeado diretor, José de Araújo Coimbra, a igreja precisaria ainda ser coberta e rebocada, a torre estava por concluir, os forros, as janelas e o retábulo estavam por fazer e as casas estavam todas “desbaratadas”.⁴ A partir de 1766, foram iniciados os trabalhos de reforma da capela-mor e do presbitério, mas teve-se de interrompê-los por ser tempo de plantio. Ainda em 1766, o pároco Antônio Luís Mendes atestou o estado de abandono de casas e roças. Mesmo assim, em 1767 o aldeamento foi elevado a vila.

Em meio à construção das casas nas novas povoações, podiam ocorrer conflitos em torno da distribuição de lotes. A concessão de terras era atribuição usual das Câmaras, mas, conforme as ordens do governador, os diretores tinham prerrogativa de “repartir terrenos” (apud BELLOTTO, 2007, p. 162-163). Em Itapeva da Faxina, o morador Gaspar de Cubas teria construído as “melhores” casas da povoação em terreno cedido pela Câmara, situado “em princípio de rua”.⁵ No entanto, o diretor da povoação julgou que o terreno lhe pertencia e quis botar as casas a baixo. Conforme sugeriu o povoador de Paraibuna, Manuel Álvares de Carvalho, a construção de um novo núcleo ia levando à valorização das terras, tornando as disputas mais acirradas.

Ordens enviadas a diferentes pontos da capitania procuraram impor regularidade a fachadas de casas que se construíam. Pretendia-se enviar à Guaratuba um desenho para padronizar a construção das casas, ou um “um prospecto da figura das casas, para que todas sejam feitas pela mesma planta, para ficar a terra mais bonita” (DI, 1943, v. 67, p. 107-109). No entanto, há indícios de que esse ideal de regularidade foi cedendo à expressão de distinções sociais entre moradores. No Iguatemi, os povoadores que tinham levado escravos ou agregados logo deram início a suas casas; já os moradores mais pobres, que não tinham tantas ferramentas ou artífices à sua disposição, tiveram de arranjar-se em habitações compartilhadas.

⁴ Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil, Arquivo de Mateus, I-30, 10, 27, n. 7.

⁵ Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil, Arquivo de Mateus, I-30, 13, 24.

Em 1768, entre as povoações que se estabeleciam na capitania, Itapeva da Faxina parecia estar muito mais adiantada do que as demais e era citada como referência modelar. Cartas de seu diretor e povoador Antônio Furquim Pedroso indicavam que, em 1767, Faxina já estaria “quase feita” (DI, v. 67, 1943, p. 68-70). No entanto, em 1773, José Antônio de Araújo Lima foi examinar a vila e ficou desapontado. A igreja seria pequena demais; havia cinquenta casas, mas apenas doze já podiam ser habitadas; nas demais, a construção em taipa estava ainda em diferentes estágios: algumas já tinham recebido vedação de barro tanto pela parte interna como externamente; outras tinham somente a trama de madeiramento. Contaram-se ali seiscentas e vinte pessoas “de confissão e comunhão”, das quais boa parte devia viver à distância do núcleo construído.⁶ Alguns meses depois, o capitão-mor de Faxina foi repreendido por desordens na vila, tais como a cobrança de uma taxa dos moradores para execução da igreja ou a imposição aos povoadores de pilarem as taipas na época em que deveriam ser feitas as lavouras.

No acompanhamento das obras por parte da administração da capitania, mostrou-se alguma preocupação com materiais a serem utilizados, principalmente na cobertura das construções. O uso do colmo, palha comprida que podia ser extraída de diversas plantas, parece ter sido admitido como solução provisória, embora se desse preferência à cobertura de telha. Em Paraibuna, o diretor da povoação informou que as casas estavam sendo cobertas com palha de palmito, mas assegurou que mais adiante pretendiam cobri-las de telha. Ao propor a construção de uma fortificação na barra do rio Iguaçu, o Morgado de Mateus reconheceu que a cobertura em palha ou palmeira era a única possível para as casas e os quartéis. O governador parecia familiarizado com materiais locais, pois sugeriu uma solução construtiva de vedação em barro para não deixar a palha tão à mostra, de modo a minimizar o risco de incêndio.

A concessão do título de vila implicava algumas intervenções no traçado urbano. Além da instalação do Pelourinho, era preciso decidir o lugar onde seria construída a casa de Câmara e Cadeia. Podia-se recomendar que os moradores a construíssem “em mão comum”, com a “grandeza, e fortificação que coubesse na possibilidade da terra” (DI, v. 65, 1940, p. 264-265). Em Mojimirim, previu-se fazer uma construção de dois lances para a casa de Câmara, especificando-se que cada um deles teria 22 palmos (48 m) de área e paredes de taipa bem socadas e com 4 palmos (87 cm) de largura. Haveria uma prisão no subsolo com espaços separados para homens e mulheres. A obra seria feita aos poucos,

⁶ Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil, Arquivo de Mateus, I-30, 13, 24.

com auxílio da Câmara. Mas, muitas vezes optou-se por reformar ou adaptar casas existentes, alegando-se que evitaria ônus adicional aos moradores. É provável que a casa de Câmara da maior parte dos núcleos não se distinguisse muito das moradias particulares.

As práticas de implantação de várias iniciativas urbanas em São Paulo entre 1765 e 1775 mostram que a administração da capitania procurou organizar e sistematizar procedimentos de escolha de sítios e definição de traçados. Apesar da existência de orientações mais gerais, também foi necessária uma constante atenção a circunstâncias e possibilidades que se iam apresentando em cada localidade. As instruções oficiais com relação ao uso de materiais, sistemas construtivos e recursos locais sugerem que não se tratou apenas de uma adaptação de normas impostas pelo poder monárquico. Durante a construção de núcleos urbanos, determinações oficiais interagiram com práticas sociais e injunções locais, dando origem a arranjos novos e configurações híbridas.

A postura adotada pela administração da capitania parece ter levado em consideração alguns dos problemas relatados por agentes locais quanto à ocupação de terras, ao sustento dos moradores e aos recursos disponíveis. Num processo de influências recíprocas entre determinações oficiais e circunstâncias locais, não se mostraram fases nitidamente distintas para *planejamento* e *realização*. A elaboração de um modo de agir no campo da urbanização teve de se manter em relação constante com as exigências específicas – e as contradições – de seu contexto. Ao fim desta análise da urbanização da capitania de São Paulo, a cidade parece emergir mais uma vez como fenômeno de natureza imprevisível e alheio a determinismos.

UNPREDICTABLE CITIES: THE CONSTRUCTION OF URBAN NUCLEI IN THE CAPTAINCY OF SÃO PAULO, 1765-1775

ABSTRACT

The restoration of the administrative autonomy of the captaincy of São Paulo in 1765 marked the beginning of a new phase in its process of urbanization. Under the governorship of captain-general Morgado de Matheus (1765-1775), ten new towns were founded, several other initiatives in the establishment of settlements were conducted and the construction of the Fort of Iguatemi has begun. This paper investigates some of the dynamics associated with the implementation and construction of urban nuclei at the time, based on a selection of the

correspondence exchanged between the governor and local authorities responsible for tasks in the field of urbanization. The analysis avoids the usual distinction between planning and execution, in an attempt to highlight how official directives interacted with local demands during the development of towns and settlements.

KEY-WORDS: *Captaincy of São Paulo. Eighteenth Century. Urbanization.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLOTTTO, H. L. **Autoridade e Conflito no Brasil Colonial:** o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). São Paulo: Alameda, 2007.

DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E COSTUMES DE SÃO PAULO. São Paulo: Departamento de Arquivo do Estado, v. 6 (1902); v. 23 (1896); v. 65 (1940); v. 67 (1943).

KANTOR, I. Legislação indigenista, reordenamento territorial e auto-representação das elites (1759-1822). In: KOERNER, A. (Org.). **História da Justiça Penal no Brasil:** pesquisas e análises. São Paulo: IBCCRIM, 2006. p. 29-38.

MENESES, U. T. B. de. Morfologia das cidades brasileiras. Introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. **Revista da USP**, São Paulo, n. 30, p. 144-153, 1996.

MOREIRA, R. A arte da Ruação e a cidade luso-brasileira. **Cadernos de Pesquisa do LAP**. São Paulo, FAUUSP, n. 37, p. 6-32, 2003.

REIS FILHO, N. G. Urbanismo em Brasil. Séculos XVI-XVII. In: ALOMAR, G. **De Teotihuacán a Brasília:** estudios de historia urbana iberoamericana y filipina. Madrid, Inst. de Administración Local, 1987. p. 352-369.

TEIXEIRA, M. C.; VALLA, M. **O urbanismo português.** Séculos XIII-XVIII. Portugal-Brasil. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

TORRÃO FILHO, A. **Paradigma do caos ou cidade da conversão?:** a cidade colonial na América Portuguesa e o caso da São Paulo na administração do Morgado de Mateus (1765-1775). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. Campinas, 2004.

WEGNER, R. Um ensaio entre o passado e o futuro. In: HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil:** edição comemorativa 70 anos. Organização: R. B. de Araújo e L. M. Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.